



Comissão de Assuntos Econômico

2º Semestre de 2024

Mini-Índice

Contextualização56

Portfólio de Investimentos56

Educação Financeira.....57

Economia do Bem-Estar59

Iniciativas Especiais e Transversais.....62

Grupos de Trabalho Relacionados.....63

Contextualização

A Comissão de Assuntos Econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CAE/CDESS) tem por objetivo contribuir com políticas relativas ao desenvolvimento, ao ambiente de negócios e à atração de investimentos, à modernização da estrutura produtiva e ao aumento da competitividade brasileira.

No segundo semestre de 2024, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizou uma reunião temática por mês, priorizando temas cruciais para o desenvolvimento econômico e social do país. Em agosto, recebeu o feedback da Casa Civil, sobre as propostas do GT Transição Energética. Na reunião de setembro, discutiu junto à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a legislação ambiental sobre projetos de Saneamento Básico. Já em outubro, a economia do bem-estar e a estratégia para impulsionar empresas com impacto social positivo estiveram no centro das atenções. Por fim, em novembro, a Comissão recebeu o MEC, para opinar sobre os, ainda preliminares, planos nacionais de Educação Financeira – que a CAE vinha cobrando desde 2023.

Além disso, foi criado no âmbito da CAE o **Grupo de Trabalho Interministerial do Spread Bancário**, com o objetivo de reduzir os custos do crédito para empresas e consumidores.

Portfólio de Investimentos

Ao longo do 2º semestre de 2024 amadureceu entre conselheiros da CAE a proposta de que a Comissão se envolva na elaboração de um Portfólio de Investimentos Estratégicos, para o país. Liderada pela conselheira Laura Carvalho, a ideia tem apoio dos conselheiros Adriana Marcolino, Clemente Ganz, Glauco Arbix, José Carlos Martins e Pedro Wongtschowski.

A partir dessa demanda, a Secretaria-Executiva do CDESS está articulando uma parceria entre CDESS, Ministério da Fazenda e CEPAL, para viabilizar o projeto. Também há diálogo aberto com o IPEA, para contribuir nas análises setoriais. A tendência é que haja

complementariedade entre os trabalhos da CAE e a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica, lançada pelo ministro Fernando Haddad e pela diretora do BNDES, Luciana Costa, em 23 de outubro, em Washington.

A expectativa é que o tema se torne um dos principais projetos da CAE, em 2025.

Educação Financeira

O tema de Educação Financeira foi um dos mais discutidos da CAE ao longo do 2º semestre de 2023, quando a Comissão enviou ao Presidente Lula e ao Ministério da Educação uma série de recomendações, incluindo a de "Fortalecer a Estratégia Nacional de Educação Financeira por meio da colaboração entre programas institucionais e interministeriais para educação financeira da população". Desde então, a Secretaria-Executiva do CDESS buscou impulsionar o assunto, em busca da elaboração de Programas Nacionais de Educação Financeira.

Já no 1º semestre de 2024, a CAE obteve uma vitória, ao ter a sua recomendação de "ser inserida no Fórum Brasileiro de Educação Financeira" acatada. Com isso, o CDESS indicou as conselheiras Dirlene Silva e Naty Finanças como suas representantes no Fórum Brasileiro de Educação Financeira. Na sequência, em maio de 2024, a CAE recebeu o Banco Central, que apresentou suas ações de Educação Financeira, com foco no Programa Aprender Valor.

Apartir da conversa com o BC, a CAE gerou novas recomendações, incluindo a de aproximar o MEC das ações de Educação Financeira do BC e garantir financiamento para ações como o Programa Aprender Valor. Nesse contexto, a Secretaria-Executiva do CDESS promoveu em outubro reunião entre o Banco Central e o MEC, para apresentação do Programa Aprender Valor. Isso contribuiu para o rápido avanço de novos programas de Educação Financeira, liderados pelo diretor Aleksandro do Nascimento Santos no MEC.

Sensível à prioridade do tema na CAE, o MEC se disponibilizou para apresentar em primeira mão para a Comissão os dois novos Programas do Ministério, na reunião de novembro da CAE. O primeiro deles é o Programa Nacional de Educação para o Consumo Sustentável, Cidadania Financeira, Fiscal e Previdenciária e o segundo o Programa Nacional de Educação para o Mundo do Trabalho, Empreendedorismo e Economia Cooperativa. O objetivo é estruturar o ecossistema dessas agendas e coordenar esforços no pacto federativo para implementá-los, a partir de 2025.

A ideia do MEC é realizar um esforço para implementar o tema transversal contemporâneo

“Economia”, previsto na Base Comum Curricular, alinhando um compromisso pela educação para o consumo sustentável, a cidadania financeira, fiscal, previdenciária e para o mundo do trabalho. Os princípios norteadores dos Programas são:

- **Formação Humana integral e integrada, na perspectiva do desenvolvimento pleno da pessoa;**
- **Orientação curricular interdisciplinar e transversal, à luz da BNCC;**
- **Reconhecimento e valorização da diversidade das populações atendidas na Educação Básica;**
- **Respeito às etapas de desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens;**
- **Disseminação de conteúdos e construção de aprendizagens orientadas para a defesa da democracia e vivência da cidadania ativa e crítica;**
- **Valorização da busca da integração social, do bem-estar comum e da promoção da igualdade e da equidade;**
- **Defesa e valorização da concepção de trabalho digno e dos direitos do trabalhador;**
- **Valorização da liberdade econômica e reconhecimento do direito de empreender;**
- **Sustentabilidade socioambiental e econômica**

Os programas serão compostos por quatro componentes. O primeiro, de governança, articulação e gestão, terá um Comitê Estratégico Nacional, uma Rede Nacional de Lideranças e uma Comissão Técnica de Assessoramento. Já o segundo, de Formação de Educadores, terá cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento em regime híbrido e módulos de formação autoinstrucional. No terceiro, de materiais de apoio à escola e à rede de ensino, haverá a inclusão de plataformas de recursos digitais e de avaliação, além de Kits de jogos. No último componente, será criado um selo nacional e um prêmio bianual, para valorizar experiências inspiradas e reconhecer as escolas que implementarem o programa.

Em termos de aulas, os Programas preveem a divisão dos módulos de aulas entre o início do Ensino Fundamental e o final do Ensino Médio. Preliminarmente, o MEC imagina 5 módulos de Educação Financeira, 4 módulos de consumo sustentável, 4 módulos de Trabalho e Sociedade, 4 módulos de Educação Fiscal e 3 módulos de Economia Cooperativa e Empreendedorismo.

O desenvolvimento dos Programas seguirá sendo monitorados pela CAE, que enviará recomendações ao MEC ao longo do processo de elaboração da Portaria, até o início de 2025. Após isso, a CAE acompanhará a implementação do Programa, contribuindo para seu aperfeiçoamento.

Economia do Bem-Estar

Enimpecto e Índices de Bem-Estar

Na reunião geral de 21 de outubro, A CAE contou com apresentações de Giselle Vianna, Coordenadora-Geral de Economia Verde e de Impacto do MDIC, sobre a Estratégia Nacional da Economia de Impacto (Enimpecto) do MDIC, e de Katherine Trebeck, fundadora da Wellbeing Economy Alliance, que discutiu a implementação de novos Índices de avaliação sobre o Bem-Estar Econômico. A reunião contou ainda com a participação especial de Gary Gilleapie, Economista-Chefe do Governo Escocês e vanguardista no debate sobre índices de bem-estar.

A reunião, idealizada pelo conselheiro Marcel Fukayama, teve tradução simultânea viabilizada pela Wellbeing Economy Alliance e envolveu os conselheiros em um debate internacional, sobre mecanismos de incentivo a negócios de impacto socioambiental e as próprias métricas de desempenho econômico dos países. Ao final, foram apresentadas sugestões, bem-recebidas pelos conselheiros presentes, de recomendações a serem enviadas ao Presidente Lula na Plenária CDESS de 12 de dezembro de 2024.

Recomendações aprovadas:

1. Brasil - considerar se tornar membro observador do Wellbeing Economy Governments partnership (WEGo) e se aproximar da iniciativa com Gary Gillespie.

2. Governo - potencializar o GT4/ENIMPACTO como plataforma para políticas públicas para nova economia e canal para coordenação na administração pública/ministérios.

3. Acelerar pontos de acupuntura para nova economia:

(I) identificar novo segmento econômico: empresas com propósito, responsabilidade e transparência (dialogar com PL 3284/21);

(II) adotar via decreto um Índice de Bem-Estar Interno Bruto, adaptado à realidade brasileira, para orientar planejamento, orçamento e avaliação de progresso para além do PIB, semelhante aos arcabouços em uso nos países membros do WEGo (dialogar com PL 2518/24);

(III) habilitar um ambiente favorável propriedade responsável junto à COSIT-RFB;

(IV) adoção de gestão de impacto, com foco nas compras públicas; e

(V) promoção de comércio internacional para paz e escala de impacto.

Destaques da Estratégia Nacional de Economia de Impacto

- **A Enimpecto inicialmente focou em negócios de impacto e investimentos, mas tem se expandido para incluir ações em nível estadual e municipal, além de ganhar relevância em fóruns internacionais como o G20.**
- **A Estratégia integra diversos ministérios para fortalecer o apoio às novas economias e criar um ambiente mais favorável para essas iniciativas.**
- **Histórico dessa política pública:**
 - 2017: Publicação do 1º Decreto da Enimpecto, que deu início à estruturação formal da política no Brasil.
 - 2017-2023: Período de maturação da política, com fortalecimento e expansão do ecossistema de impacto no país.
 - 2023: Publicação do 3º decreto da Enimpecto, que trouxe inovações como a criação do Comitê Paritário.
- **Plano Decenal 2023-2032: criação de metas e macro objetivos detalhados por eixos, sendo eles:**
 - Ampliar a oferta de capital para negócios de impacto;
 - Aumentar a quantidade de negócios de impacto;
 - Fortalecer as organizações intermediárias;
 - Promover um ambiente institucional e normativo favorável a economia de impacto; e
 - Promover a articulação Inter federativa no fomento a economia de impacto.
- **Hoje já existem 10 entes subnacionais com legislação própria sobre a economia de impacto e a ampliação dessa abrangência segue um objetivo da Enimpecto.**

Destaques da discussão sobre Economia e Orçamento do Bem-Estar

- **Katherine Trebeck apresentou o conceito de economia do bem-estar, com foco em orçamentos que considerem fatores além dos indicadores tradicionais. Segundo ela, a economia atual é focada em indicadores como o PIB, que não considera, por exemplo, aspectos relacionados a distribuição de riqueza, a qualidade dos empregos e a acessibilidade à moradia digna. Por isso, propôs que os países avancem em novos**

Índices de Bem-Estar Econômico.

- **Nesse sentido, a economia do bem-estar busca criar um sistema que atenda melhor às necessidades humanas e ambientais. Essa abordagem propõe uma grande mudança na formulação de políticas, focando em metas sociais e ambientais, e não apenas no crescimento econômico.**
- **Aos conselheiros foi apresentado o relatório “Being Bold: Building Budgets for Children’s Wellbeing”, destacando princípios essenciais para o planejamento orçamentário voltado ao bem-estar, sendo eles:**
 - **Enfoque holístico e centrado nas pessoas, com foco em resultados de longo prazo e participação pública.**
 - **Abordagem preventiva, que identifica as causas dos problemas antes de tratar os sintomas.**
- **Foram listadas as melhores práticas internacionais, reconhecendo que nenhum governo implementa todas. Isso representa uma oportunidade para o Brasil se destacar. Entre as práticas, estão a visão de longo prazo, consideração ambiental, envolvimento público e supervisão parlamentar.**
- **Foram destacados os desafios para implementar essa agenda, como inércia do sistema, falta de recursos, resistência intencional e dificuldades na execução das políticas.**
- **Economista-chefe da Escócia, ajudou na elaboração do programa The Wellbeing Economy Alliance. Gary destacou a semelhança entre a estratégia nacional do Brasil para a economia de impacto e os esforços da economia de bem-estar conduzidos por países como Escócia, Islândia e Nova Zelândia no âmbito do programa The Wellbeing Economy Alliance.**
- **Convidando o Brasil a se integrar, Gary mencionou que as trocas de experiências ocorrem em um ambiente de cooperação entre governos, com a participação periódica de ministros em eventos da OCDE e fóruns de economia de bem-estar.**
- **Os conselheiros apontaram que a discussão é uma oportunidade para o Brasil adotar um novo caminho, considerando seu alto nível de desigualdade, fruto de racismo e patriarcado. Foi defendida a importância de incluir cultura e educação na construção de uma economia de impacto focada no bem-estar, abordando a “dívida” social histórica do país e valorizando a diversidade. Katherine destacou a relevância de enfrentar as questões históricas de racismo e machismo na economia de impacto, citando a Austrália como exemplo de economia construída sobre território colonizado e a necessidade de reparações.**
- **Foi valorizada a economia do cuidado, geralmente realizada por mulheres, e se elogiou**

o Brasil por iniciativas como o Bolsa Família, sugerindo que debates sobre cultura e desigualdades históricas são essenciais para uma economia mais inclusiva.

- Katherine indicou que dois terços dos países da OCDE adotam quadros de bem-estar, como o National Performance Framework da Escócia e a iniciativa “Measuring What Matters” na Austrália, que integram aspectos sociais, ambientais e econômicos. Embora os painéis de indicadores sejam comuns, muitos governos ainda enfrentam desafios em usá-los para guiar políticas.

- Marina Gattás comentou que a economia atual desvaloriza a cultura como uma indústria, mantendo um debate restrito à visão economicista e sem dar o devido reconhecimento aos trabalhadores do setor cultural. Defendeu que a transição para uma economia de impacto requer uma mudança de mentalidade e valorização do setor cultural como elemento central.

- Também se questionou se, no contexto de bem-estar, há esforços para incluir os custos reais dos impactos sociais e ambientais na análise de atividades econômicas. Foi sugerido que esses custos deveriam ser considerados nas fórmulas de retorno dos investimentos, buscando uma visão mais completa e responsável.

Ao longo da reunião, foram circuladas referências:

www.futuregenerations.wales/about-us/future-generations-act/

www.carnegieuktrust.org.uk/publications/being-bold-building-budgets-for-childrens-wellbeing/

Iniciativas Especiais e Transversais

Licenciamento Ambiental e Saneamento Básico

Em setembro, o CDESS promoveu reuniões com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin e nos ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda, das Cidades e dos Povos Indígenas, além da Agência Nacional de Águas, para discutir proposta de alteração no licenciamento ambiental relacionado à instalação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

A proposta, que é liderada pelo conselheiro do CDESS Virgílio Viana e tem o apoio do Instituto Trata Brasil, foi desenvolvida no âmbito da 'Imagine Brasil', iniciativa da Fundação Dom Cabral que integra lideranças do mercado, da sociedade civil e do setor público, para contribuir no desenvolvimento sustentável.

Em 22 de outubro, CMADS e Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizaram reunião conjunta na qual os conselheiros do CDESS concordaram em absorver a proposta defendida pelo Conselho Virgílio Viana como recomendação a ser enviada ao Presidente Lula na Plenária de dezembro de 2024. O tema deverá, no entanto, seguir evoluindo ao longo do 1º semestre de 2025. Abaixo, seguem as propostas apresentadas, e já validadas:

- **Os efluentes de estações de tratamento de esgoto sanitário, observados os padrões de lançamento, não devem ser obrigadas a observar os padrões de qualidade do corpo receptor por um período de 4 (quatro) anos, realizando o monitoramento para subsidiar as metas intermediárias e progressivas para atingir os padrões da classe correspondente após esse período; e**
- **As Licenças de Instalação e de Operação devem ser concedidas concomitantemente, observada a autorização para supressão de vegetação e intervenção em áreas de preservação permanente (APP).**

Mais detalhes sobre a Iniciativa e as propostas podem ser encontrados no Anexo II do Relatório da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) do CDESS.

Grupos de Trabalho Relacionados

Crédito e Investimento

Após ter trabalhado em recomendações no 2º semestre de 2023 e no 1º semestre de 2024, o GT de Crédito e Investimento entrou em um período de monitoramento de suas propostas. Além de influenciarem nas discussões do atual GT do Spread Bancário, as recomendações dos GTs anteriores seguem em avaliação pelos Ministério da Fazenda e do Empreendedorismo. Há expectativa de que a Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda realize reunião na CAE no início de 2025, com sua avaliação e feedback sobre as propostas produzidas pelo GT.

Merece também destaque a participação dos conselheiros do CDESS com protagonismo no GT de Crédito e Investimento, lançamento do Programa Acredita, pelo presidente Lula, em 18 de outubro de 2024, em São Paulo. Após ser idealizado no GT de 2023, o Programa teve sua implementação discutida no 2º semestre de 2024. As críticas ajudaram o governo a moldar a nova redação do Programa, enfim lançado de forma final em outubro.

GT Interministerial do Spread Bancário

Dados do Banco Central indicam que, em agosto de 2024, a taxa de juros sobre novas concessões de crédito alcançou 27,7%. Dessa taxa, 9,2 p.p. advieram do custo de captação do dinheiro e 18,5p.p. do spread bancário – composto pelos lucros dos bancos e pelos custos de intermediação financeira.

Considerando o papel central que a disponibilidade e o custo do crédito têm no financiamento ao investimento, a discussão sobre as causas e ações que mitiguem o alto custo da intermediação financeira no Brasil assume papel prioritário na estratégia do governo Lula, de impulsionar o crescimento sustentável da economia brasileira.

Por essa razão, em visita do ministro Alexandre Padilha à reunião de diretoria da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), no dia 13 de setembro, surgiu a ideia de realizar um GT entre bancos, Ministério da Fazenda e Secretaria de Relações Institucionais, para avançar com celeridade em medidas de redução do Spread Bancário. A iniciativa foi proposta ao presidente Lula, em 13 de outubro, que determinou que o GT fosse inaugurado com brevidade.

Por isso, já em 4 de novembro foi realizada a reunião inaugural do GT, na sede da Febraban, wJuvândia Moreira Leite (representando as Centrais Sindicais) e Isaac Sidney (representando a Febraban). Embora não participem diretamente, os conselheiros Milton Maluhy (Itaú), Luiz Trabuco (Bradesco), Ana Paula Vescovi (Santander), Ricardo Alban (CNI) e Cristina Junqueira (Zetta) tem representação institucional no GT.

A Coordenação Técnica do GT é realizada pela Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, enquanto a Secretaria-Executiva é do CDESS. Embora não seja um GT padrão do CDESS, a expectativa é que as propostas desenvolvidas pelo Grupo sejam trazidas à Comissão de Assuntos Econômicas ao final dos trabalhos, em março de 2025, para avaliação.

O GT, que será monitorado pelo Banco Central, pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, centrará suas discussões em 6 eixos temáticos, com reuniões semanais entre novembro/24 e março/25:

- 1. Prevenção e combate às fraudes.**
- 2. Inadimplência e custos associados às perdas com as operações de crédito.**
- 3. Instrumentos inovadores e crédito para MPMEs.**
- 4. Acesso a dados e plataformas digitais.**
- 5. Custos Administrativos, Financeiros e Tributários.**
- 6. Competitividade na indústria financeira.**

Transição Energética

A CAE recebeu em 21 de agosto de 2024 o Secretário Adjunto da Secretaria de Avaliação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil responsável pela área de Energia, Ricardo Buratini. Na ocasião, Buratini trouxe à Comissão um feedback sobre as propostas desenvolvidas pelo GT Transição Energética, ao longo do 2º semestre de 2023.

Demandada pelos conselheiros, a Casa Civil se comprometeu a avançar em medidas para transformar o Brasil em um corredor de energia verde, com medidas para eliminar distorções nas cadeias de energias renováveis e fomentar a competitividade na cadeia da energia eólica. Também garantiu que o governo avança em estratégias de médio e longo prazo para estimular a demanda e unir vantagens competitivas que recursos naturais fornecem ao Brasil, como parte de um projeto de neointustrialização.

Sobre as recomendações de mitigar o impacto social e potencializar a inclusão de mão de obra local, no contexto da Transição Energética, a Casa Civil avaliou que o governo já avança nesse sentido por meio do Qualifica PAC. A iniciativa identifica necessidades de qualificação profissional em várias cadeias produtivas e toma medidas como a criação de cursos de qualificação voltados ao setor de energia. Nesse contexto, a SAM admitiu que o setor de transmissão de energia é identificado como um dos que correm maior risco de sofrerem um apagão de mão de obra. Por isso, a avaliação foi que o programa precisa ir além, não apenas identificando apagões de mão de obra iminentes, mas buscando uma abordagem mais ampla e estratégica, evitando deslocamentos temporários de população para a realização de grandes obras de infraestrutura.

Em relação à demanda do GT por um Plano de Mobilidade Sustentável, a SAM indicou que o PAC Cidades tem acompanhado de perto a realização do Estudo Nacional de Mobilidade Urbana e a construção da Estratégia Nacional de Mobilidade Urbana. Lembrou ainda do Refrota, investimento do novo PAC em renovação de frotas focada em ônibus elétricos. Já a Secretaria-Executiva do CDESS tem acompanhado uma ação voltada à produção de um Plano Nacional de Ônibus Elétricos, no MDIC.

Os conselheiros também trouxeram a sugestão de que o Brasil se torne um parceiro estratégico dos E.U.A., de forma que as empresas brasileiras possam se beneficiar de incentivos do Inflation Reduction Act (IRA). Em um contexto similar, os conselheiros demandaram a adoção de uma regulação específica para o SAF de Aviação, considerando a capacidade do Brasil se beneficiar de um sistema global de Book and Claim.

A partir dos trabalhos do GT Transição Energética e considerando o monitoramento realizado pelos conselheiros sobre os principais temas dessa agenda no Congresso, o **ministro Alexandre Padilha** e os conselheiros coordenadores do GT Transição Energética, Marcelo Moraes e Elbia Gannoum, publicaram no jornal O Globo o seguinte texto:

Agenda Verde é fruto de diálogo e participação social

“Brasil tem ambição de se posicionar como um dos líderes em tecnologias sustentáveis.

Num momento crucial para o futuro do planeta, o governo Lula tem demonstrado compromisso com a transformação ecológica. Para avaliar e lapidar suas iniciativas, aposta no aprofundamento do diálogo com a sociedade civil – como nas plenárias do Plano Clima, lideradas pelo Ministério do Meio Ambiente.

O diagnóstico de que a vantagem comparativa do Brasil na transformação ecológica deve ser a base do processo de neindustrialização implica que as iniciativas devam ir além da necessária proteção ao meio ambiente. As recomendações que o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, entrega semestralmente ao Presidente Lula têm contribuído de forma decisiva para dar densidade técnica e política à pauta verde e repercutir na pauta legislativa prioritária.

A ambição de posicionar o Brasil como um dos líderes em tecnologias sustentáveis motivou a sanção do Projeto de Lei 2.308/2023, que estabelece o marco legal para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono. Avaliada pelo Conselhão como central na transição energética, a lei determina um limite de emissões, cria o Programa de Desenvolvimento de Hidrogênio, estabelece bases de um sistema de certificação e institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, com isenções fiscais até 2030.

Assim o Brasil se posiciona estrategicamente para aproveitar a oportunidade histórica de se tornar o grande produtor global de hidrogênio verde, impulsionando o desenvolvimento econômico e social do país a partir da abundância de recursos naturais, como energia eólica e solar. Na falta de recursos fiscais comparáveis a Estados Unidos, China e Europa, o Brasil busca efetivar sua vantagem comparativa e atrair investimentos, criando um ambiente regulatório seguro e moderno.

Outro pilar da Agenda Legislativa Verde que passou pelo crivo do Conselhão foi o PL 2.148/2015, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa. O PL insere o Brasil no Mercado de Carbono, previsto no artigo 6 do Acordo de Paris, e promoverá, ao mesmo tempo, processos produtivos mais sustentáveis e a competitividade internacional de

nossas empresas. Com hidrogênio verde, biocombustíveis e amônia verde nos fertilizantes, podemos acelerar a, já alta (49%), parcela renovável de nossa matriz energética.

O potencial energético da costa brasileira tem gerado uma corrida entre os investidores, que aguardam a cessão de uso do mar para instalar projetos eólicos. O Conselho tem trazido um apoio fundamental para a regulamentação das eólicas offshore. A aprovação do PL 576/2021 abrirá perspectivas de investimento em geração, transmissão e consumo industrial de eletricidade limpa e de baixo custo, além de induzir o desenvolvimento tecnológico verde.

A identificação de oportunidades na descarbonização do transporte aéreo também refletiu nos trabalhos do Conselho. O domínio tecnológico na produção dos combustíveis sustentáveis de aviação (SAF, na sigla em inglês) está em aberto, e o Brasil, como maior produtor mundial de matérias-primas agrícolas usadas no SAF e com domínio sobre biocombustíveis, tem vantagem comparativa natural. Para garantir preços competitivos e conformidade com as especificações internacionais, o PL do Combustível do Futuro (528/2020) institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação.

Marcos regulatórios e incentivos para hidrogênio de baixa emissão, mercado de carbono, eólicas offshore e combustível do futuro são passos significativos em direção a um futuro com segurança energética, sustentabilidade e liderança tecnológica. Para seguir avançando, o trunfo do governo Lula é o diálogo com a sociedade civil e o compromisso de manter e valorizar seus espaços de participação social."

Sanções do Combustível do Futuro e Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono

Os conselheiros do GT Transição Energética acompanharam de perto e pressionaram no Congresso pela aprovação do Combustível do Futuro (PL 528/2020) e do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PL 2308/23). Os dois projetos tiveram suas aprovações recomendadas pelo GT Transição Energética, no 2º semestre de 2023.

A sanção do primeiro foi realizada na Base Aérea de Brasília, com presença na mesa da sanção dos conselheiros Deyvid Bacelar, Erasmo Battistella e Marcos Guerra. Já o PL 2308 foi sancionado no Complexo do Porto do Pecém (Ceará). Os dois eventos contaram com ampla presença de conselheiros, como Elbia Gannoum e Marcelo Moraes.

Aprovação do PL do Mercado de Carbono, com contribuições CDESS

Em 21 de agosto de 2023 foi realizada reunião no Palácio do Planalto, para apresentação da Minuta do governo para o PL do Mercado de Carbono. À época, o GT Transição Energética foi convidado pelo Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Rodrigo Rollemberg, para conduzir consulta pública sobre o PL. O resultado foi o envio de contribuições por escrito de 31 instituições, sintetizando posições dos 84 representantes de empresas, sindicatos, confederações sindicais, associações de classe e organizações da sociedade civil que o CDESS envolveu nessa discussão.

As contribuições foram discutidas internamente, pelo ministro Alexandre Padilha com os ministérios setoriais, e ajudaram a aperfeiçoar de largada o projeto. Desde então, e até a aprovação do PL 182/2024, em 19 de novembro de 2024, os conselheiros CDESS monitoraram o projeto de perto e seguiram fazendo sugestões às diversas versões do texto que circularam entre a Câmara e o Senado. A implementação do Mercado de Carbono também teve momento importante de discussão entre os dias 21 e 22 de fevereiro de 2024, durante o Seminário Internacional organizada pelo CDESS com o IDP e a FBCN, "O Mercado de Certificados de Captura e Emissão de Gases de Efeito Estufa", que teve mais de 2 mil visualizações no youtube e reuniu especialistas da Sociedade Civil e do governo, em 10 painéis de alto nível.

A aprovação do PL 182/2024 foi uma vitória importante do GT Transição Energética, em 2024.



Ficha Técnica da CAE

Conselheiros inscritos:

129

Grupo coordenador:

13 conselheiros: Adilson Araújo; André Passos; Carlos Luque; Claudio Loureiro; Cláudio Medeiros; Dirlene Silva; Emerson Kapaz; Gino Paulucci; Joseph Couri; Marcel Fukayama; Marcelo Kayath; Rodrigo Navarro; e Sergio Zimerman.

Equipe CDESS:

Adriano Laureno

Equipe IBICT:

Fernanda Nicolela

Data da instalação:

3 de julho de 2023

Ministérios e entidades envolvidos:

Banco Central e Ministérios da Fazenda, da Educação, da Justiça, de Minas e Energia, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Principais políticas e programas analisados:

Programa Aprender Valor do Banco Central, Políticas de Educação Financeira do MEC, Estratégia Nacional da Economia de Impacto (Enimpacto), Wellbeing Economy Governments (WEGo), Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP), Regulação ambiental das Estações de Tratamento de Esgoto, Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Lei nº 14.948, de 2 de agosto de 2024), Combustível do Futuro (Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024), Mercado de Carbono e agenda de reformas microeconômicas para o crédito do Ministério da Fazenda

Grupo de Trabalho Relacionados:

Transição Energética, Crédito e Investimento e Spread Bancário.



The background of the entire page is a photograph of a modern meeting room. Several people in business attire are seated around a long table, facing each other. Large floor-to-ceiling windows in the background offer a view of lush green trees and a bright sky. The image is overlaid with a white puzzle-piece pattern.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

2º Semestre de 2024

Mini-Índice

Contextualização	71
Nova Infraestrutura Verde	72
Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP).....	85
Imagem e Reputação do Brasil	87
Iniciativas Especiais e Transversais.....	89
Monitoramento dos Grupos de Trabalho Relacionados	92

Contextualização

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) tem como missão fortalecer o diálogo entre governo e sociedade, na construção de uma agenda de desenvolvimento econômico, com o imperativo da sustentabilidade.

A Comissão estruturou seu plano de trabalho em torno de dois eixos: 1) Nova Infraestrutura Verde; 2) Preparação da COP 30 – Imagem e Reputação Internacional do país; objetivando contribuir com sua preparação, que será sediada em Belém, em novembro de 2025, e para o Plano de Transformação Ecológica em elaboração no Governo Federal.

No segundo semestre de 2024, a CMADS adicionou no plano de trabalho a discussão e as proposições relacionadas aos desastres ambientais no Brasil, incluindo: 1) as enchentes no Rio Grande do Sul; 2) os incêndios florestais que impactaram a qualidade do ar no país; 3) reuniões com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas em Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI) para debater a situação das queimadas no país; 4) o Seminário Cidades Resilientes; e 5) o aprimoramento da legislação para Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

No plano internacional houve a iniciativa Especial de Imagem e Reputação do Brasil. Na COP 29, realizou uma mesa de debates com o tema do financiamento para a adaptação às mudanças climáticas, com recuperação de áreas degradadas: o papel dos países desenvolvidos e dos bancos de desenvolvimento.

Esses temas refletem os esforços da CMADS em pautar temas da conjuntura ambiental e promover, por meio da articulação entre sociedade civil, especialistas e governo, a elaboração de soluções sustentáveis, contribuindo para ampliar a contribuição do Brasil no enfrentamento dos desafios climáticos e ambientais.

As próximas seções deste relatório trazem, de forma detalhada, os trabalhos realizados pela CMADS no período.